

APÓS REUNIÃO COM SINTE/RN, GOVERNO DO ESTADO DESCARTA AULAS PRESENCIAIS E ACATA AULAS REMOTAS

No mesmo dia em que os trabalhadores/as da Rede Estadual de Ensino se reuniram em Assembleia e concordaram com o retorno das aulas exclusivamente em formato remoto, o Governo do RN anunciou a suspensão das aulas presenciais que estavam previstas para iniciar em 1º de fevereiro.

De acordo com o documento oficial do Governo, a decisão segue o entendimento de outros Estados onde as atividades escolares também permanecerão em formato remoto até que as condições sanitárias em face da pandemia da Covid-19 sejam satisfatórias. Na

nota, o Governo também afirma que se reunirá com o Ministério Público e a Defensoria Pública para tratar do retorno do ano letivo.

Para o SINTE/RN, a suspensão das aulas presenciais é uma vitória dos/as trabalhadores/as em educação e do Sindicato. Considerando o cenário epidemiológico do RN, ainda em dezembro a categoria se opôs às aulas presenciais e deliberou que as aulas nessa modalidade só deveriam ser retomadas no Estado após a imunização dos profissionais da Educação.

Mais recentemente, em 26 de janeiro, o Sindicato voltou a

reafirmar sua posição em reunião com o Secretário de Educação, Getúlio Marques. E logo em seguida, no dia 28 de janeiro, em audiência com a Governadora Fátima Bezerra, os coordenadores gerais do SINTE mais uma vez apresentaram o posicionamento da categoria e argumentaram a favor do retorno das aulas somente em formato remoto.

Ao que tudo indica, os argumentos do Sindicato contra o início das aulas presenciais na Rede Estadual de Ensino e a favor das aulas remotas como única opção segura para proteger professores, funcionários, alunos e seus familiares da pandemia da Covid-19, foram acolhidos pela Governadora.

Veja nesta edição

**SINTE/RN DEFENDE RETORNO
DO ANO LETIVO DE FORMA
SEGURA**

Pág. 2

**VACINA: DIREITO À VIDA E PASSAPORTE
DA CLASSE TRABALHADORA
ARA AS RUAS**

Pág. 6

**VALORIZAÇÃO SALARIAL DOS/AS
EDUCADORES/AS E FUNCIONÁRIOS/AS**

Pág. 9

SINTE/RN DEFENDE RETORNO DO ANO LETIVO DE FORMA SEGURA

Em reunião com o Secretário de Educação do RN, prof. Getúlio Marques, o Sindicato mais uma vez ressaltou a necessidade da vacina para um retorno presencial seguro

No dia 26 de janeiro, durante reunião com o SINTE, o Secretário de Educação informou que era intenção do Governo retomar as aulas de forma híbrida, ou seja, com aulas presenciais e remotas, a partir de 1º de fevereiro. Em consonância com a categoria, representantes da entidade demonstraram preocupação com a possibilidade do retorno presencial nesse momento, sem vacinação em massa e sem o estabelecimento de protocolo de biossegurança para as escolas. Assim, o Sindicato reafirmou a posição deliberada em Assembleia da categoria e defendeu o retorno em formato exclusivamente virtual, tendo em vista que são raras as escolas com condições de receber a comunidade escolar durante a pandemia da Covid-19 e é necessário garantir a segurança da comunidade escolar.

Governadora se comprometeu a considerar o posicionamento do SINTE sobre aulas presenciais

A governadora Fátima Bezerra se comprometeu a levar em consideração os argumentos do Sindicato contra o início das aulas presenciais na Rede Estadual de Ensino. A comunicação foi feita durante audiência com o Sindicato realizada em 28 de janeiro.

A audiência aconteceu após reunião do SINTE com a SEEC e contou com a presença dos coordenadores gerais da Entidade, além de representantes das diretorias de Administração e



Finanças, Comunicação e Assuntos jurídicos e defesa do trabalhador em Educação do SINTE. Também contou com a presença do professor e deputado Francisco (PT), que se posicionou

favorável ao retorno das aulas apenas de modo remoto e solicitou que a Governadora acolhesse os argumentos do Sindicato e buscasse o melhor caminho para professores, funcionários, alunos e responsáveis.



CAMPANHA EDUCACIONAL E SALARIAL 2021

EIXOS DE LUTAS EM ÂMBITO NACIONAL

- Intensificar a Campanha pelo Fora Bolsonaro, Mourão e contra todo o projeto do atual Governo.

- Contra a Reforma Administrativa do Governo Bolsonaro.

- Contra a Reforma Tributária do Governo Bolsonaro.

- Em defesa dos vetos dos Precatórios do FUNDEF.

- Em defesa da Vida, vacina para todos e todas e contra o avanço da pandemia do Coronavírus.

EIXOS DE LUTAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

- Planos de Carreiras.

- Valorização Profissional.

- Condições de trabalho em tempos de pandemia.



**UM PROGRAMA EM
DEFESA DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA**

TODOS OS DOMINGOS, ÀS 10h,
NA TV PONTA NEGRA

ENTREGA DE ALVARÁS PARA TRABALHADORES/AS DA REDE ESTADUAL TEM CONTINUIDADE EM JANEIRO

Durante todo o mês de janeiro, a diretoria de Assuntos Jurídicos e Defesa do Trabalhador em Educação do SINTE/RN promoveu entrega de alvarás para trabalhadores e trabalhadoras da Rede Estadual

Os alvarás entregues para professores/as e funcionários/as da capital e de municípios do interior são frutos dos processos coletivos de nº 0802381-93.2012.8.20.0001 (defesa do valor correto da pecuniária e da gratificação por título) e nº 0004628-22.2008.8.20.0001 (diferença salarial em razão da aplicação da lei complementar nº 432 de 01/07/2010) conquistados pelo Sindicato.

Em Natal, as entregas têm acontecido na Casa do Trabalhador em Educação (CTE), no bairro do Tirol, mediante agendamento com os beneficiários. Nos outros municípios do Estado, as entregas ocorrem nas regionais

e núcleos do SINTE. Durante as entregas são adotados protocolos de biossegurança para combater a disseminação da Covid-19.



ENTREGA DE ALVARÁS TEVE INÍCIO EM 2019

O Tribunal de Justiça do RN (TJRN) deu início a liberação dos alvarás da Pecuniária, Título e PCCR em março de 2019. Desde então, milhares de trabalhadores em educação já receberam os títulos de crédito e puderam usufruir de um direito por tanto tempo negado. A liberação dos alvarás é feita paulatinamente

e por grupos e depende exclusivamente do poder judiciário. Sobre a liberação dos alvarás pela Justiça, a diretora de assuntos jurídicos do Sindicato, professora Eliene Bandeira, tranquiliza a categoria: “Não perca as esperanças. É preciso ter calma, mas o seu vai sair. Se não saiu até agora, aguarde mais um pouco”.

ATENDIMENTO JURÍDICO SEGUE DE FORMA REMOTA

Como forma de garantir maior



segurança para funcionários, advogados, dirigentes e trabalhadores em Educação, durante a pandemia da Covid-19 o SINTE/RN tem realizado atendimento jurídico de forma remota. Assim, para obter mais informações de questões jurídicas, o/a filiado/a deve contatar os seguintes números/WhatsApp: (84) 99991.3560 ou (84) 99941.0616, das 7h às 11h e das 13h às 17h.

GOVERNO BOLSONARO ALTERA O CUSTO ALUNO E IMPEDE CORREÇÃO DO PISO DO MAGISTÉRIO PARA 2021

(notícia publicada pelo SITERO em 20/01/21)

Depois de tentar extinguir o Piso Salarial do Magistério, de várias investidas contra a educação e das demonstrações de menosprezo pela classe dos profissionais do magistério, o governo Bolsonaro lançou mão de uma manobra para zerar o reajuste anual do salário dos professores da rede pública.

A manobra foi oficializada pela Portaria Interministerial nº 3, de 25/11/2020, que rebaixou o Custo per capita do FUNDEB em 2020. Considerando que o reajuste do piso tem como base a variação do custo aluno no ano anterior, a atualização para 2021, que estava prevista em 5,9%, foi zerada.

Com isso, o governo federal prejudica o resultado de uma luta histórica da qual os trabalhadores em educação fizeram parte através das mobilizações. Caso a Portaria não seja revogada, esta será a primeira vez na história do FUNDEB que os professores da educação básica pública ficarão sem reajuste salarial.

Logo após a publicação da Portaria a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) enviou ofício ao Ministério da Educação questionando a Portaria Interministerial, na tentativa de reverter a situação. Segundo a CNTE, o rebaixamento do custo aluno não reflete a realidade, já que estudos a partir dos dados oficiais de receitas do

FUNDEB, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – revelam crescimento da receita do FUNDEB entre novembro de 2019 e novembro de 2020 (data de publicação da Portaria Interministerial nº 3, de 2020), na ordem de 1,01% (já descontados os ajustes na complementação da União nos dois anos).

Ao projetar a receita consolidada de dezembro de 2019 para dezembro de 2020, e considerando que as matrículas presenciais na educação básica pública reduziram 677.028, constata-se, facilmente, uma previsão de acréscimo do Custo Aluno 2020 em relação ao valor publicado na Portaria nº 4, de 27/12/2020, de 2,54%.

Veja abaixo a evolução do valor do Piso do Magistério:

2009 – R\$ 950,00	2015 – R\$ 1.917,78 (13,01%)
2010 – R\$ 1.024,67 (7,86%)	2016 – R\$ 2.135,64 (11,36%)
2011 – R\$ 1.187,97 (15,94%)	2017 – R\$ 2.298,80 (7,64%)
2012 – R\$ 1.450,54 (22,2%)	2018 – R\$ 2.455,35 (6,82%)
2013 – R\$ 1.567,00 (7,97%)	2019 – R\$ 2.557,74 (4,17%)
2014 – R\$ 1.697,39 (8,32%)	2020 – R\$ 2.886,15 (12,84%)

VACINA: DIREITO À VIDA E PASSAPORTE DA CLASSE TRABALHADORA PARA AS RUAS

O movimento sindical por um ano não pode ir às ruas devido aos riscos da Covid-19. Essa situação representou e ainda representa um grande desafio e nos faz pensar as ações de mobilização e envolvimento da categoria nas lutas para além da forma presencial. Considerando as atuais limitações da conjuntura, que vêm desde março de 2020, temos denunciado a forma genocida como o presidente Bolsonaro está conduzindo a situação da pandemia do novo coronavírus no Brasil.

No país, o chefe do Executivo minimiza os efeitos da doença; nega a ciência e desrespeita a população e o cargo que ocupa. Como resultado, temos quase 219 mil óbitos e mais de 8 milhões e 900 mil casos confirmados de Covid* entre os brasileiros. No Estado do Amazonas, recentemente a falta de oxigênio provocou mortes dolorosas que revelam a face cruel da má gestão pública, inclusive da má gestão na esfera federal.

Enquanto o presidente subtrai bilhões de investimentos da ciência, tecnologia e inovação e coloca obstáculos para a compra da vacina, os casos de contaminação crescem e nossa



tarefa é exigir que o congresso nacional conduza o processo de impeachment com urgência, sob pena de ver ainda mais brasileiros sem qualquer assistência do Estado.

É inadmissível conviver com o deboche e negacionismo do presidente e seu menosprezo pela vida das pessoas, especialmente dos mais humildes e idosos. Ao dificultar a entrada da vacina no país e ao induzir o consumo de medicações sem base científica, o presidente garante a continuidade da política de morte ao mesmo tempo em que impede que os trabalhadores e as trabalhadoras tomem às ruas para protestar contra seu governo. Claramente, o propósito de Bolsonaro e de seus apoiadores é aprovar reformas cruéis enquanto a população

está em casa, temerosa pelo vírus.

Sem a vacinação em massa, Bolsonaro segue negociando sua manutenção no poder com outros políticos/parlamentares condescendentes com seu projeto de morte. Até que a imunização em massa seja uma realidade, a correlação de forças entre quem detém o capital e quem detém a força do trabalho fica desigual e penaliza os/as trabalhadores/as. Por isso, a luta pela vacina é cada vez mais fundamental. A vacina representa vida e o passaporte para irmos às ruas; uma oportunidade para que a população se manifeste contra o desmonte e entreguismo do país. Assim, a vacina deve ser o oxigênio para nossa luta e uma exigência de todos em favor da vida.

*Dados de 27 de janeiro de 2021.

REFORMA ADMINISTRATIVA E O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO

Temos afirmado que a pior das reformas será a Administrativa, pois ela implica a retirada de direitos e o fim de conquistas para quem ingressar no serviço público. Em outros termos, trata-se do fim do servidor público, pois a emenda desqualifica os serviços públicos e abrange os âmbitos federal, estadual e municipal.

Barrar a reforma Administrativa é tarefa de aposentados, ativos e dos recém-ingressos no serviço público. Com esse objetivo, o SINTE/RN integra uma campanha nacional contra a reforma Administrativa e investe na veiculação de material na mídia para mobilizar trabalhadores e trabalhadoras a fim de que pressionem deputados e senadores contra essa reforma.

A privatização é o principal objetivo do governo federal e não podemos cruzar os braços diante desse pro-

pósito que prejudica a maioria dos brasileiros. No Estado do RN, dos oito deputados federais, contamos com dois que não votarão com a reforma: Natália Bonavides (PT); e o deputado Rafael Mota (PSB), que vem votando contra as elites dominantes do país. Temos clareza que uma nova ordem social não vem apenas do voto, mas se torna possível através das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores deste país, dos movimentos sociais organizados, dos homens e mulheres do campo. Essa luta, portanto, é de todos nós.

Entenda mais sobre a PEC 32/2020

Em setembro, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional uma proposta de Emenda Constitucional (PEC 32/2020) que define novas diretrizes da Administração Pública. O texto altera dispositivos sobre ser-

vidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, prevê, entre outros pontos, o fim da estabilidade para novos servidores, a extinção de promoções automáticas e benefícios, alterações nos processos seletivos e no sistema remuneratório, possibilidade de terceirização de serviço público.

Para ser promulgada, a PEC deverá passar por apreciação, votação e aprovação em dois turnos na Câmara e no Senado. Atualmente, a proposta ainda será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, para análise da admissibilidade. Posteriormente, o texto será submetido a uma comissão especial, que avaliará o mérito, e ao Plenário, última etapa da tramitação.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA REFORMA ADMINISTRATIVA

Ao longo de fevereiro será veiculada uma campanha publicitária contra a reforma Administrativa em rede nacional. A CUT prevê um investimento na ordem de

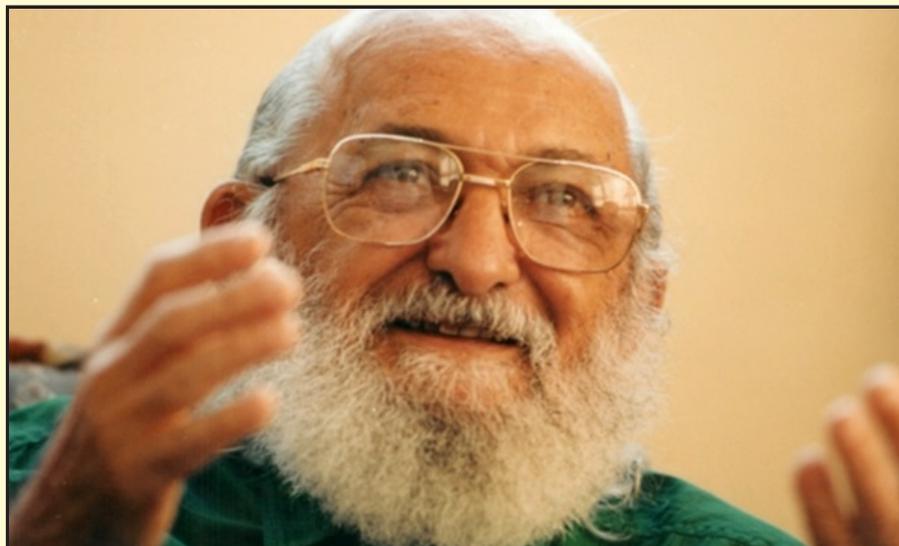
R\$2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) e a CNTE, por meio de coleta solidária com as entidades filiadas já arrecadou R\$729.282,00. Desse valor, o SINTE/RN

contribui com R\$34.001,00. A expectativa do Sindicato é que a campanha mobilize a sociedade e a classe trabalhadora contra mais essa reforma que ataca o serviço público e o servidor.

CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE É CELEBRADO AO LONGO DE TODO ANO

O calendário Paulo Freire completaria 100 anos em setembro de 2021, se vivo estivesse. Seu centenário será comemorado pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), com atividades desenvolvidas em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A CNTE incorpora ao seu calendário de atividades de 2021 a Jornada Latino Americana de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e emancipadora, contra a mercantilização e privatização: rumo ao centenário de nascimento de Paulo Freire.



Convocada pela Internacional da Educação para América Latina (IEAL) e pela Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente (RED ESTRADO) em 2017, esta mobilização continental defende a me-

mória de Paulo Freire, o patrono nacional da educação, tão atacado nos dias de hoje no país. No centenário do nascimento de Paulo Freire, em 2021, a América Latina se reunirá no Brasil para recordar e manter vivo o legado do professor Freire.

Acesse o site da campanha da IEAL e saiba mais: <https://ei-ie-al.org/freire100>

I CONFERÊNCIA ESTADUAL SINDICAL PAULO FREIRE

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção"
(Paulo Freire)

O SINTE-RN, que tem Paulo Freire como Patrono, dedicará o ano de 2021 à memória do maior educador de todos os tempos. Através das redes sociais, o Sindicato fará a divulgação dos eventos

relativos ao centenário de Freire. A entidade também vai organizar a I Conferência Estadual Sindical Paulo Freire, com o tema "Resistir e Esperançar". O evento está sendo construído e em breve serão divulgadas mais informações.

VALORIZAÇÃO SALARIAL DOS/AS EDUCADORES/AS E FUNCIONÁRIOS/AS

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

- 1** Estabelecer um cronograma de efetivação das promoções horizontais e verticais dos Educadores/as em Educação do RN - Leis complementares 432/2010 e 322/2006.
- 2** Discussão de Plano Único de Carreira para as/os Profissionais da Educação (Funcionários, Suportes Pedagógicos e Professores), considerando o acréscimo dos 10% a mais, vinculados a cesta de impostos do FUNDEB.
- 3** Pagamento aos concursados em exercício logo no primeiro mês de trabalho.
- 4** Confecção da carteira funcional para todos/as os/as profissionais da educação.
- 5** Publicar portaria para retomar funcionamento da comissão de Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, transformando em Comissão de reformulação do Plano Único de Carreira.
- 6** Normatização em portaria da concessão de licenças com a participação do SINTE/RN na elaboração da mesma.
- 7** Conceder vale transporte aos profissionais da educação, vale cultura e vale alimentação.
- 8** Estabelecer um diagnóstico das formas de assédio moral nos locais de trabalho e fazer o devido enfrentamento com políticas afirmativas.
- 9** Instalar comissão que trata da desburocratização dos processos de aposentadorias.
- 10** Conceder licença especial e licenças prêmios em tempo real/hábil, para o/a professor/a de sala de aula e os/as funcionários/as em educação.
- 11** Discutir a política prevista na lei de gestão democrática, devendo ser a mesma aplicada para a valorização e incentivo aos profissionais da educação que assumem a gestão democrática nas escolas.
- 12** Aplicar a política de valorização dos/as funcionários/as, como indutora junto às secretarias de administração e planejamento.

13 Desenvolver um programa de formação inicial e continuada para os/as funcionários/as de acordo com a Dimensão 07, meta 03, inciso 03 do PEE.

14 O SINTE propõe mudanças no RJU a Constituição Estadual, nos artigos que trata de acumulação de cargos para professores, suportes pedagógico e funcionários/as, em consonância com a legislação atual.

15 Emendar a lei 432/2010 para criar um fator de correção anual com data base e o referencial de correção salarial, tendo por base o custo aluno qualidade, para os/as funcionários/as da educação, conforme meta 18 do PEE.

16 Emendar a lei complementar 432/2010 para fazer a reabertura ao enquadramento dos/as funcionários/as que não fizeram adesão a referida lei.

17 Realização de concurso público para Funcionários (GNO, GNM, GNS) atendendo o que preceitua a dimensão 05, meta 04 e inciso 06 do PEE.

18 Respeitar a autonomia das escolas na organização do horário de trabalho dos GNO, GNM e GNS.

19 Publicação e pagamento de quinquênios em atraso.

20 Cumprir a lei 322/2006, relativa aos 45 dias de férias para quem está em efetivo exercício de sala de aula.

21 Encaminhar profissionais para a sala de aula, com vistas ao atendimento dos/as estudantes com necessidades educacionais especiais. Dimensão 01, meta 04, incisos 03, 07 e 14 do PEE.

22 Instalar as comissões que incluem o SINTE/RN - De acordo com a lei 10.049/2016 | Plano Estadual de Educação (PEE) 2015 – 2025.

23 Formar comissão sobre estudo dos recursos orçamentários próprios, do FUNDEB e de outras fontes para a valorização profissional - Plano Estadual de Educação.

24 Criar comissão visando a realização de diagnóstico, acompanhamento e proposições referentes à valorização dos profissionais da educação do RN - Dimensão 05, meta 03, inciso 03.

25 Instituir comissão permanente para elaboração, reestruturação e implementação das carreiras - Dimensão 05, meta 04, inciso 1.

26 Instalar comissão permanente para proceder o levantamento das vagas existentes e cedência de profissionais da educação, com vistas a realização de concurso público - Dimensão 05, meta 04, inciso 2.

27 Cumprir com os critérios específicos de promoção e progressão – Dimensão 05, meta 04, inciso 4.

28 Rediscutir o número de alunos por sala de aula.

O SINTE/RN APOIA CAMPANHA "TRIBUTAR OS SUPER-RICOS"

A CNTE e outras 49 entidades lançaram no mês de outubro a campanha "Tributar os Super-ricos". O objetivo dessa campanha é fazer com que o Congresso Nacional aprove

propostas que promovam um aumento de quase R\$ 300 bilhões de arrecadação, tributando apenas as altas rendas e grandes patrimônios dos 0,3% mais ricos do Brasil. Em outros termos, a ideia é

construir, discutir e aprovar projetos de lei que possam cobrar tributos de quem tem mais e repassar a quem mais precisa, financiando de maneira justa os serviços públicos de qualidade para a população.

CONHEÇA ALGUMAS DAS PROPOSTAS:

- Correção das distorções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) – revogação da isenção dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução de juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas, e criação de nova tabela de alíquotas progressivas.
- Instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) sobre as riquezas das pessoas físicas que ultrapassarem R\$ 10 milhões.
- Elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos setores financeiro e extrativo mineral.
- Criação da Contribuição sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais acima de R\$ 720 mil.
- Mudança nas regras do Imposto sobre Heranças e Doações (ITCMD), com ampliação da alíquota máxima de 8% para 30%.
- Novas regras de repartição de receitas da União com Estados e Municípios. A previsão é de acréscimos de aproximadamente R\$ 83 bilhões para os Estados e R\$ 54 bilhões para os Municípios.
- Regras para disciplinar a concessão de benefícios fiscais e para combater a sonegação.



Acesse o nosso site,
e fique por dentro
das notícias

www.sintern.org.br

UNIÃO DE SETORES POR FORA BOLSONARO

Entidades que participaram da Plenária Nacional de Organização das Lutas promovida pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, com apoio

da CUT e demais centrais, deliberaram a união de forças de todos os segmentos civis e políticos que estão lutando pelo impeachment de Jair Bolsonaro (ex-PSL). Em

reunião virtual, a plenária deliberou três eixos de luta: 1) Fora Bolsonaro; 2) Vacina Já e para todos; e 3) o retorno do auxílio emergencial.

CONFIRA O CALENDÁRIO DE LUTAS DA CUT APOIADO PELA CNTE E PELO SINTE/RN:

CALENDÁRIO DE LUTAS PELO FORA BOLSONARO

26/01	• ENTREGA DO PEDIDO DE IMPEACHMENT DAS IGREJAS
29/01	• MOBILIZAÇÃO DOS BANQUEIROS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO BB
31/01	• CARREATAS E BICLETADAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS E STOP BOLSONARO
01/02	• DIA NACIONAL DE LUTA DOS SERVIDORES EM DEFESA DO SUS, DA VACINA JÁ PARA TODOS E CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
01/02 A 05/02	• ATO DE ENTREGA DO PEDIDO DE IMPEACHMENT NO CONGRESSO
06/02	• DIA NACIONAL DA SOLIDARIEDADE E LUTA PELA RENDA EMERGENCIAL
15/02 E 16/02	• AGITO POPULAR PRO CARNAVAL
21/02	• DIA NACIONAL DE CARREATAS FORA BOLSONARO
08/03	• DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

ENCAMINHAMENTOS

1

Aprovar moção de apoio aos bancários e contra a privatização do Banco do Brasil.

2

Solicitar audiência para entrega da pauta de reivindicações da categoria.

3

Iniciar o Ano letivo 2021 com aulas remotas.

4

Iniciar o ano letivo de 2020, compatibilizando ao ano de 2021, podendo ser prorrogado ao ano de 2022, a conclusão das 1.200 horas relativas aos anos de 2020 e 2021.

5

Incorporar e construir nas regionais, núcleos municipais, Natal e grande Natal, o calendário de lutas da CNTE



**Acesse, curta, siga e
compartilhe o Sinte/RN
nas Redes Sociais**

 /SinteRN  @sintern  sinte.rn

 /ExtraClasseWebTV  www.sintern.org.br